



Ecoturismo em Unidades de Conservação: Proposta para o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, Florianópolis-SC

Ecotourism in Conservation Units: Proposal for Natural and Municipal Park of the Ingleses and Santinho Dunes, Florianópolis-SC

Fernando Bittencourt¹

¹ Bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio - Assesc (Florianópolis-SC)

RESUMO

Os primeiros estudos relacionados ao ecoturismo no Brasil datam de pouco mais de trinta anos. Todavia, a extensa biodiversidade encontrada em território nacional o posiciona como potencial destino para a prática da atividade turística em contato com a natureza. O atual cenário favorece o estabelecimento de unidades de conservação, que tem como objetivo garantir legalmente a preservação de áreas com características naturais relevantes. Dentre suas categorias de manejo estão os parques naturais, que permitem a visitação pública em suas dependências, desde que planejada e executada de modo participativo e sustentável. No ano de 2007, a criação do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, em Florianópolis, começou a ser discutida com o intuito de conter o crescimento urbano sobre as dunas e a vegetação de restinga, bem como desenvolver socioeconomicamente a região, porém, o poder legislativo do município ainda não aprovou a sua instituição. Sendo assim, o presente estudo, fundamentado em pesquisa bibliográfica, pretende apresentar propostas referentes à implantação de atividades de ecoturismo, à participação comunitária nos processos gerenciais e à formulação de estratégias para a sustentabilidade ambiental, social e econômica da unidade de conservação.

Palavras-chave: Ecoturismo. Unidades de conservação. Gestão participativa.

ABSTRACT

The first studies related to ecotourism were done somewhere around thirty years ago. However, the great biodiversity found in the national territory have positioned our country as a potential destination for the practice of touristic activities which are in contact with nature. The present scenario favors the establishment of conservation units that have as their objective to legally guarantee the preservation of areas with natural relevant characteristics. Among others categories which are worth mentioning are the natural parks that allow public visiting in their outbuildings once these visits are planed and done in a way that is participative and sustainable. In the year of 2007, the creation of the Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho in Florianópolis started to be discussed with the purpose of preventing urban growing on the dunes and the salt marshes and developing socioeconomically the region. However, the legislative power of the town has not approved it yet. Therefore the present study, based on bibliographic research, intends to present suggestions on the implementation of ecotourism activities, to community participation in the management processes and to formulate strategies for the economic, social and environmental sustainability of the conservation unit.

Key-words: Ecotourism. Conservation units. Participative management.

1. INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é, atualmente, pauta obrigatória quando se discute o desenvolvimento em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. O impacto ambiental e os reflexos na qualidade de vida das populações devem ser considerados em todo e qualquer projeto com características baseadas nos eixos citados. A preservação da natureza e dos seus valores paisagísticos atenta para a visão do meio ambiente como bem público, onde sua manutenção e uso comum pelo povo demandam um equilíbrio entre ambas. A compreensão de que os recursos naturais não são inesgotáveis remete à criação de alternativas de exploração sem que esses sejam degradados (FONTELES, 2004).

A necessidade de conservação do meio ambiente por meio de práticas sustentáveis alcança a atividade turística no Brasil, na década de 1980, com a realização dos primeiros estudos sobre ecoturismo. Visto como um modelo de turismo mais responsável, esse segmento apresenta números crescentes no mundo e o país, com sua ampla e exuberante biodiversidade, apresenta-se como potencial destino para os visitantes que desejam um contato mais próximo com a natureza (BRASIL, 2010).

Muitas das atividades de ecoturismo ocorrem dentro de unidades de conservação, que de acordo com Brito (2000), trata-se de um conjunto de áreas naturais protegidas, de importante relevância ecológica e social, manejadas através de meios jurídicos e órgãos competentes. A Lei Federal nº 9.985, sancionada no ano de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, entre outras determinações, estabelece critérios para a criação, implantação e gestão das UC. Contudo, a presença humana nesses territórios causa uma série de impactos socioambientais que precisam ser examinados nas etapas de gerenciamento dessas áreas (PHILIPPI JR.; RUSCHMANN, 2010).

Os processos administrativos das unidades de conservação, bem como o desenvolvimento do ecoturismo, devem contemplar a participação comunitária. A instituição de áreas protegidas pelos órgãos governamentais exige a prévia consulta pública, por meio de audiências realizadas com representantes da sociedade civil. Outra imposição concebida pelo SNUC é a institucionalização de um conselho de gestão das unidades, formado por membros de comunidades locais, organizações não governamentais, iniciativa privada e poder público (BRASIL, 2004).

A Lei do SNUC também estipula as categorias de manejo das unidades de conservação, sendo que nem todas possibilitam a visitação pública. Os parques nacionais permitem a execução do turismo ecológico em suas dependências, porém, assim como os demais grupos de UC, possuem como principal finalidade a preservação de áreas virgens. Quando originados pelas outras esferas de governo, carregam consigo a nomen-

clatura estadual ou municipal, de acordo com seus responsáveis (LEUZINGER, 2010).

Ao norte da Ilha de Santa Catarina, mais precisamente na Praia do Santinho, em Florianópolis, tenta-se desde 2007 a criação do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, ainda sem a aprovação do poder legislativo do município (ECO ESTRELIN, 2011). O local abriga diversas espécies da fauna e da flora nativas, além de estar sobre área de recarga subterrânea do aquífero que abastece a região, comprometido pelos danos ambientais que o crescimento urbano desordenado vem ocasionando (FÜHR, 2009).

Com isso, o presente estudo tem como objetivo apresentar propostas para a introdução do turismo no Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, considerando a importância da gestão participativa da unidade de conservação e de ações sustentáveis que assegurem a manutenção dos processos ecológicos e dos aspectos socioculturais. A efetivação do parque pode vir a ser fator determinante para a contenção de novas construções em áreas protegidas e para o desenvolvimento econômico e social da região, o que justifica a ocorrência do vigente projeto.

Para tanto, pretende-se realizar uma análise exploratória, por meio de pesquisa bibliográfica, que respalde os argumentos. A compilação de informações referentes ao ecoturismo, participação comunitária e gerenciamento de unidades de conservação dar-se-á como base na busca por estratégias a serem adotadas pelos administradores do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho.

2. DESENVOLVIMENTO

Para contextualizar o tema central com o objetivo proposto pelo presente artigo, a etapa de desenvolvimento foi dividida em quatro subcapítulos. Primeiramente, um breve histórico da evolução do ecoturismo e de áreas naturais protegidas no Brasil será descrita, para posteriormente serem apresentados os impactos do turismo em unidades de conservação. Em seguida, destacar-se-á a gestão participativa e sustentável de parques naturais e, por fim, o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho terá sua relevância e tramitação expostas.

2.1 Marcos e documentos históricos para o ecoturismo e áreas naturais protegidas no Brasil

O Brasil, com sua extensa biodiversidade, apresenta um conjunto de atrativos para os turistas que encontram na natureza sua principal motivação para o deslocamento de seu entorno habitual. Os primeiros estudos referentes ao ecoturismo em solo nacional foram registrados na década de 1980, quando a EMBRATUR (Instituto

Brasileiro de Turismo) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) uniram forças em uma primeira iniciativa dirigida ao ordenamento do segmento (BRASIL, 2010). Contudo, somente em 1992, na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, foi debatida a questão envolvendo populações e espaços naturais conservados (BRITO, 2000).

Quando o tema é áreas protegidas, a primeira iniciativa data de 1808, que com a chegada da Família Real no Brasil, foi criado o ‘Real Horto’, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que tinha por finalidade preparar a aclimação de plantas produtoras e especiarias da Índia. Em 1934, concebeu-se o Código Florestal Brasileiro, que embora tenha sido um importante instrumento para a proteção ambiental no país, permitia que as florestas primitivas fossem destruídas por motivos econômicos. O Parque Nacional de Itatiaia, situado no estado do Rio de Janeiro, desde 1937, foi o primeiro parque nacional brasileiro, com sua origem baseada no Código Florestal. Posteriormente, novos parques e outros tipos de áreas protegidas foram instituídos, como o Parque Nacional de Iguazu, no estado do Paraná, a Reserva Biológica da Serra Negra, em Pernambuco, entre outros (PHILIPPI JR.; RUSCHMANN, 2010).

No final da década de 1970, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal propôs a elaboração do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil. Uma de suas propostas era ampliar a quantidade de categorias de manejo previstas pelo Novo Código Florestal, decretado em 1965, que adotou novas metodologias para o estabelecimento de áreas protegidas, determinando as categorias que poderiam ser exploradas (BRITO, 2000).

O dia 18 de julho de 2000 foi marcado pela sanção da Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação em território federal. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente,

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o conjunto de Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

[...] a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo (BRASIL, 2014, p. 1).

Com a ratificação do SNUC, ficou regulamentada a possibilidade de visitação

pública em unidades de conservação, de acordo com as categorias que permitem esse tipo de utilização. Todavia, essas visitas necessitam de minucioso planejamento para que as mesmas não prejudiquem a manutenção dos processos ecológicos, a pluralidade sociocultural e conhecimentos tradicionais e a conservação dos biomas. Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o IBAMA, lançou em 2006 as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, documento que apresenta princípios, recomendações e condutas práticas que visam o ordenamento do turismo nessas áreas (BRASIL, 2006).

2.2 O impacto do turismo em unidades de conservação

A atividade turística desenvolvida em áreas naturais prospera-se consideravelmente e, segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT, o ecoturismo é o segmento que mais cresce no mundo, com taxas entre 15% e 25% ao ano. A imprescindibilidade de se conservar o meio ambiente, associada à necessidade de lazer do ser humano, fortalece o modelo de turismo praticado com maior responsabilidade, baseado na manutenção dos recursos naturais aliado ao envolvimento da comunidade local, bem como à ações de educação ambiental para com os turistas (OMT, 2003).

O fato de alguns autores considerarem o turismo como uma atividade essencialmente recreativa resulta em polêmicos debates quanto à visitação em unidades de conservação. Segundo Wearing e Neil (2001, p. 65), “o conflito surge da contraposição entre duas orientações, isto é, ‘preservação’ *versus* ‘uso’”. Para os preservacionistas, as áreas virgens deveriam ser totalmente protegidas da ação humana, garantindo assim o *status* de ‘naturais’. Outras percepções, frente à questão envolvendo a sociedade urbana e a natureza, sugerem a possibilidade de exploração dos recursos naturais de maneira racional e sustentável (MCCORMICK, 1992 apud BRITO, 2000).

O uso público em áreas naturais protegidas ocasiona uma série de impactos sociais, ambientais e econômicos. Analisar as eminentes alterações acarretadas pela atividade turística perante o cotidiano das comunidades locais é de suma importância para que se minimizem os choques sociais. A especulação imobiliária, que abre portas para o surgimento de meios de hospedagem e restaurantes, muitas vezes construídos por empresários estranhos à área, gera uma concorrência cruel com as populações nativas, que acabam reinventando suas rotinas e sobrepondo a lógica do fenômeno turístico em relação às suas tradições e identidade local. Para mitigar essa situação é primordial a execução de ações que valorizem a cultura e as raízes históricas da região atingida, incorporando os moradores aos efeitos positivos do turismo (FONTELES, 2004).

A destruição da vegetação, a erosão das trilhas, o lixo largado pelos visitantes,

entre outros danos, afetam a evolução dos ecossistemas e influenciam o comportamento da fauna e podem causar sua migração. Devido a estes fatores, a ocupação humana em unidades de conservação deve ser antecedida de plano de manejo, que define os objetivos da UC por meio de pesquisa detalhada da área, com inventário preciso e plano de uso público. Estando os riscos inseridos no planejamento, que necessita a consideração da sustentabilidade e a determinação da capacidade de carga do local, as atividades de ecoturismo oferecem vantagens como: geração de receitas para a UC e renda para a população do entorno, educação ambiental e lazer em contato com a natureza (LEUZINGER, 2010).

A utilização das unidades de conservação como incremento da economia faz com que o turismo atue como elemento chave neste processo de “manutenção da área em seu estado natural, em oposição à exploração de seus recursos” (WEARING; NEIL, 2001, p. 70). Conseqüentemente, o turismo estimula o aumento da demanda por serviços e infraestrutura, bem como incentiva o crescimento da população. No entanto, além de adequar-se às normas estabelecidas, a atividade turística em áreas naturais requer a propiciação do bem-estar das comunidades locais, reforçando a obrigação de se planejar e administrar as operações de modo participativo e sustentável (PHILIPPI JR.; RUSCHMANN, 2010).

2.3 Gestão participativa e sustentável de parques naturais

As unidades de conservação são estabelecidas de acordo com a relevância da área a ser protegida. A identificação desses locais, carentes de mecanismos que assegurem suas características originais, é realizada pelo poder público, sendo este o único responsável pela instituição, categorização, função e delimitação (SANTOS JUNIOR, 2006).

O SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Dentre as componentes do primeiro conjunto, estão os Parques Nacionais, conforme o Art. 11 da Lei nº 9.985:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1o O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3o A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4o As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, 2000, p. 3).

A lei que institui o SNUC também dispõe quanto à obrigatoriedade da criação dos parques nacionais serem antecedidas por consultas públicas, bem como a formalização de conselhos consultivos ou deliberativos para sua gestão. Essa instância de governança, presidida pelo órgão responsável pela administração do parque, é constituída por representantes de entidades públicas e deve garantir a ampla e efetiva participação da sociedade civil, incluindo populações locais, comunidades tradicionais, ONGs e iniciativa privada. Os benefícios resultantes da ocorrência dessas unidades de conservação também sugerem o seu compartilhamento e a promoção da igualdade entre os entes envolvidos (BRASIL, 2004).

Em decorrência do crescimento da popularidade dos parques nacionais como destinos turísticos e, conseqüentemente, com o aumento do número de visitantes, os gestores dessas áreas naturais protegidas passaram a, além de administrar o território, concentrarem-se na adequação do zoneamento dos recursos para o uso público de acordo com o meio ambiente e os moradores do entorno. Os esforços direcionam-se então para a potencialização das oportunidades de recreação, educação e interpretação ambiental e redução dos impactos negativos sobre os recursos naturais e culturais (SANTOS JUNIOR, 2006).

As Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, estabelecidas pelo governo federal em 2006, apontaram, entre outras indicações, um caminho para os órgãos gestores programarem a atividade nesses espaços. Critérios para a interpretação ambiental, para a participação das comunidades locais e populações tradicionais na gestão da visitação em UC, para integrar a visitação ao desenvolvimento local e regional, para atividades específicas, entre outros, foram determinados para assegurar a sustentabilidade do turismo em parques nacionais e outras categorias de manejo que permitem a presença de visitantes em suas dependências (BRASIL, 2006).

2.4 O parque natural municipal das dunas de ingleses e santinho

A Praia do Santinho situada na costa leste da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis, é uma praia de enseada localizada entre o Morro dos Ingleses, ao norte e, o Morro do Calhau Miúdo, ao sul, que a separa das praias dos Ingleses e

do Moçambique, respectivamente. O balneário possui cerca de dois quilômetros (2 km) de extensão e é muito procurado por turistas por apresentar um ambiente ainda preservado e por abrigar o Costão do Santinho *Resort*, estando a aproximadamente 35 km do centro da cidade (PEIXOTO, 2005).

Durante a década de 1960, Florianópolis passou por grandes transformações na ocupação de espaço devido à instalação da Universidade Federal de Santa Catarina e de empresas estatais, que influenciaram no crescimento urbano. O turismo passou a contribuir consideravelmente com esse processo por volta de 1970, mas só após a década de 1980 a Praia do Santinho começou a receber visitantes, deixando de ser uma comunidade rural. Porém, a atividade turística no local, que se caracteriza por um ambiente frágil, com a presença de dunas, aquífero e planície lacustre, vem provocando sérios danos ambientais e sociais. Empreendimentos voltados para o atendimento e exploração do turismo, foram e seguem sendo construídos em áreas protegidas e, a especulação imobiliária desloca cada vez mais a população nativa para longe da praia (FÜHR, 2009).

Com isso, foi pleiteado no ano de 2007, pelo Vereador Deglaber Goulart, o Projeto de Lei 12.342/2007, que cria o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho e dá outras providências. O parque estaria inserido no Mosaico de Unidades de Conservação do Norte da Ilha, que teve o início das discussões sobre sua criação em 2009, quando foi formado um grupo composto por órgãos públicos e entidades comunitárias, que desde então passou a acompanhar a tramitação do Projeto de Lei – PL (ECO ESTRELIN, 2011).

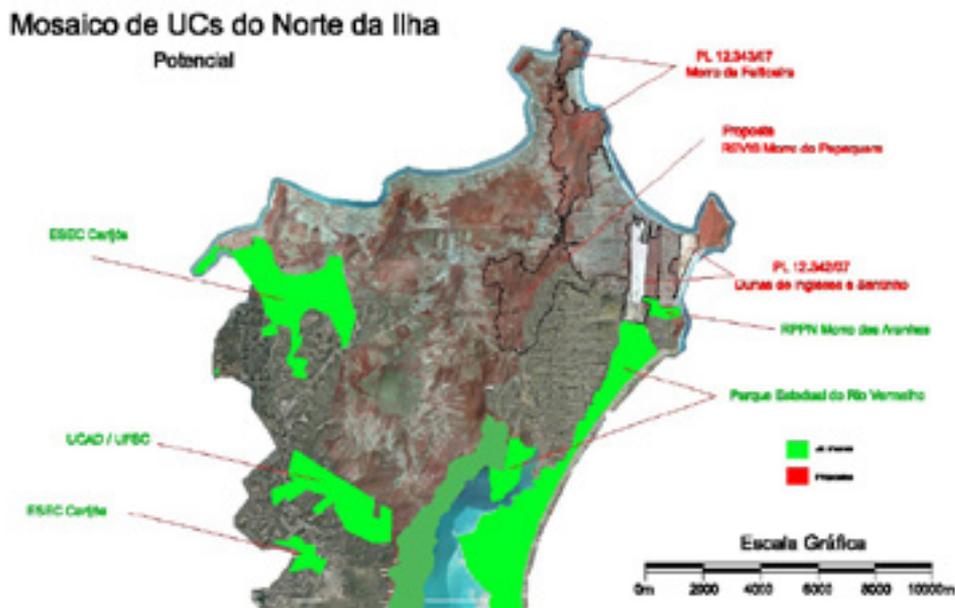
O principal objetivo da proposição do parque na localidade é conter a acelerada ocupação do solo, que vem ocorrendo a partir dos anos 90, sobre as dunas e restinga. Como consequência dessa urbanização, tem-se a deterioração da área de recarga subterrânea fundamental para manutenção qualitativa e quantitativa do Sistema Aquífero Sedimentar Freático Ingleses, responsável pelo abastecimento de água de praticamente todo o norte da Ilha de Santa Catarina (WESTARB, 2004).

No ano de 2009, por solicitação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, a Gerência de Unidades de Conservação – GERUC, da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM, após a realização de estudos para a definição dos limites e categorização adequada para a unidade de conservação sugerida, manifestou-se favorável à criação do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho. Neste parecer técnico concluiu-se que cabe ao município, por meio da FLORAM, fazer a gestão do parque, que deve ter seu território sob domínio público e, portanto, as áreas privadas com titularidade reco-

nhecida como legal, terão de ser desapropriadas conforme regularização fundiária a ser implantada (FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ECOLÓGISTAS CATARINENSES, 2012).

Apesar dos relatórios favoráveis à concepção do parque, em janeiro de 2011 os vereadores de Florianópolis optaram pelo arquivamento do processo, alegando falta de competência da Câmara Municipal para a criação de unidades de conservação. O argumento não foi bem aceito pela comunidade local, que o julgou infundado perante a legislação, que prevê a instituição de UCs pelos poderes executivo e legislativo, inclusive tendo outros parques municipais assim implantados na cidade (ECO ESTRELIN, 2011).

Figura 01 - Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação do Norte da Ilha de Santa Catarina



Fonte: Eco Estrelin (2011, p. 1).

3. METODOLOGIA

A fim de atingir o objetivo do presente trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória bibliográfica onde livros, teses e jornais, entre outras publicações, foram utilizados como referências. De acordo com Beuren (2006) o estudo exploratório tem como intenção aprofundar conceitos preliminares, proporcionando uma visão geral a respeito de certo conteúdo. O uso de fontes secundárias permite não apenas a réplica de informações sobre determinado assunto, como também oportunizam “[...] o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

O problema central do corrente artigo foi abordado por meio de metodologia qualitativa, na qual o pesquisador, propondo-se a compreender procedimentos dinâmicos da sociedade, busca conceber análises intrínsecas referentes ao fenômeno que está sendo estudado (BEUREN, 2006).

As técnicas de pesquisa e abordagem citadas anteriormente foram definidas com o intuito de fundamentar as possibilidades de implantação de atividades de ecoturismo e de participação comunitária nas etapas de estruturação, administração e controle, no Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, bem como a formulação de estratégias que fomentem o desenvolvimento sustentável da unidade de conservação.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste item, serão apresentadas propostas, baseadas na pesquisa bibliográfica, para a estruturação do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho. As sugestões subdividem-se em três temas, sendo o primeiro relacionado às atividades de ecoturismo com potencial para serem desenvolvidas na unidade de conservação. Em seguida, as proposições se voltam para a participação da comunidade nos processos de planejamento, gestão e fiscalização. Por fim, expor-se-á algumas estratégias para a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica do parque.

4.1 Atividades para o desenvolvimento do ecoturismo na UC

Com a instauração do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho será possível aplicar atividades de ecoturismo, comumente relacionadas ao turismo de aventura e outros segmentos, na unidade de conservação. Essas ações no entanto, devem conter regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo. Sendo assim, lista-se a seguir algumas atividades específicas com possibilidade de implantação na área do parque em proposição, com seus respectivos critérios e recomendações para a sua condução.

- a) Observação de aves (*birdwatching*): Segundo o Ministério do Turismo a atividade, “ainda pouco desenvolvida no Brasil, possui perspectiva de se configurar como produto de destaque no mercado internacional, já que o país ocupa o terceiro lugar no mundo em matéria de diversidade do gênero” (BRASIL, 2010, p. 28). Na área do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho é possível avistar uma pluralidade de espécies de aves, que encontram abrigo e alimento no local (FISCHER, 2012). Dentre as indicações para a observação

de maneira responsável tem-se a condução realizada por um guia de turismo especializado, utilizar roupas com tons apagados, manter distância dos animais e seus ninhos e evitar movimentos bruscos e barulho (PIVATTO; SABINO, 2005).

Figura 02 – Saira-militar (*Thangara cyanocephala*) está entre as espécies visualizadas na região



Fonte: Fischer (2012, p.1).

b) Trilhas interpretativas: O campo de dunas entre as praias do Santinho e Ingleses juntamente com o Morro dos Ingleses apresentam caminhos com função vivencial, podendo ser percorridos com o acompanhamento de guias de turismo e condutores ambientais locais, que devem transmitir conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade. As trilhas também podem ser autoguiadas por meio de sinalização adequada e mapas (BRASIL, 2010). Para garantir o mínimo impacto sobre os recursos naturais e satisfazer a necessidade dos usuários é necessário uma análise criteriosa das vias, considerando a construção ou recuperação destes caminhos. Sinalizar e estruturar as trilhas, fazendo com que o visitante seja induzido a continuar no traçado, informar o turista sobre as características do local e promover a segurança do público, são algumas premissas para a prática da atividade (BRASIL, 2006).

c) Mergulho: A Ilha do Mata Fome, localizada em frente ao costão direito da Praia dos Ingleses possibilita a execução do mergulho com equipamento para respiração subaquática. “Trata-se de um ambiente rico em vida oceânica preservada, habitat de peixes e crustáceos típicos da fauna marinha de Santa Catarina e colonizado por anêmonas, gorgônias e esponjas” (VISITE FLORIPA, 2014, p. 1). O mergulho livre, realizado apenas com o uso de máscara, *snorkel* e nadadeiras, pode ser exercido no costão direito da Praia dos Ingleses e no costão esquerdo da Praia do Santinho. Delimitar as áreas de mergulho, estabelecer regras de acordo com as características da atividade e do local e definir critérios para a utilização de embarcações, são ações fundamentais para a viabilização da atividade (BRASIL, 2006).

Figura 03 – Mergulho livre praticado no costão direito da Praia dos Ingleses



Fonte: Adrenailha Turismo e Aventura (2014, p.1).

De acordo com Führ e Santo (2012) a vegetação predominante na área do parque é a restinga, que apresenta várias espécies botânicas como: cambuí, guamirim, bagueçu, urumbeva, aroeira-vermelha e aráceas. Essa diversidade potencializa a prática de observação de flora, que permite compreender sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma (BRASIL, 2010).

Surfe, *kitesurf*, vôo livre, escalada e rapel estão entre as demais atividades das quais é possível desfrutar dentro das limitações do Parque Natural Municipal das

Dunas de Ingleses e Santinho. Porém, o turismo cultural, mais precisamente arqueológico, merece destaque na localidade. No Morro dos Ingleses há um sítio de inscrições rupestres e oficinas líticas com origens que ultrapassam a cinco mil anos. Esse museu arqueológico a céu aberto abriga evidências de uma cultura muito evoluída, relacionada com conhecimentos de filosofia, astronomia e ciências. Os símbolos foram confeccionados por uma civilização pré-histórica, denominada homens do sambaqui, e atraem pesquisadores e curiosos do Brasil e de outros países (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 2013).

4.2 Participação comunitária no planejamento, gestão e fiscalização

Em Florianópolis, o Departamento de Unidades de Conservação – DEPUC, antigo GERUC, da Fundação Municipal do Meio Ambiente, é responsável pelo planejamento, programação, administração e controle das atividades relativas às Unidades de Conservação do município. Dentre essas ações, estão inclusos estudos para adequação ao SNUC, manutenção de trilhas e áreas para visitantes, instalação de placas informativas, apoio a pesquisas nas UC e Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (FLORIANÓPOLIS, 2014). Contudo, o Artigo 30 da Lei nº 9.985 considera a hipótese de que “as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão” (BRASIL, 2000, p. 10).

O Parque Natural Municipal das Dunas dos Ingleses e Santinho deve dispor de um conselho consultivo ou deliberativo, presidido pelo órgão público gestor, ou seja, a FLORAM. Essa instância de governança deve ainda contemplar a participação de membros da sociedade civil, o que inclui organizações comunitárias, iniciativa privada e terceiro setor. Segundo o Art. 20 do Decreto nº 4.340, compete ao conselho de unidade de conservação:

- I – elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados de sua instalação;
- II – acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III – buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V – avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI – opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com a OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII – acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII – manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX – propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (BRASIL, 2002, p. 3).

Um dos pilares chaves da gestão do Parque das Dunas de Ingleses e Santinho, que é a participação comunitária, deve ser cuidadosamente preservado. Os moradores da região devem atuar efetivamente nos processos de planejamento, gerenciamento, fiscalização e controle da unidade de conservação. Para isso, a população local depende de uma maior segurança fundiária, precisa contar com instâncias ativas em tomadas de decisões, de uma clara cooperação e articulação institucionais das entidades gestoras e da manutenção de uma infraestrutura e logística mínima de suporte que concretizem essa participação (MAMIRAUÁ, 2010).

O envolvimento comunitário é primordial para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e o sucesso do desenvolvimento do ecoturismo. A atividade turística em unidades de conservação deve propiciar a proteção e reconhecimento da cultura local em suas diversas manifestações, valorização da mão de obra local, a geração de emprego e renda, o estímulo a novas oportunidades de negócios e a garantia da qualidade de vida. Para fomentar a presença da comunidade autóctone entre os protagonistas do desenvolvimento turístico, desde os níveis gerenciais aos operacionais, é necessário o investimento em qualificação e treinamento da população residente. Oferecer vagas para estudantes e graduados de cursos de turismo da cidade é uma forma de inserção dos munícipes nos processos administrativos do parque (BRASIL, 2010).

Para estreitar essa relação entre a comunidade e o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho e, fazer com que o turismo seja uma ferramenta de promoção da sustentabilidade, é fundamental “desenvolver campanhas de informação, sensibilização e educação ambiental que possam aproximar a população local da UC e despertar sentimentos de respeito e responsabilidade frente à área” (BRASIL, 2006, p. 19).

4.3 Estratégias para a sustentabilidade ambiental, social e econômica

O Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho tem como compromisso o desenvolvimento sustentável em suas esferas ambiental, social e econômica. Para cumprir essa missão, sugerem-se as estratégias a seguir, baseadas nas Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente:

- a) Planejar, administrar e controlar o parque e suas atividades de acordo com o plano de manejo da unidade de conservação.
- b) Promover a integração entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.
- c) Aproximar a sociedade da natureza com informações que despertem a consciência quanto à importância da conservação dos ambientes e processos naturais.
- d) Fomentar o desenvolvimento de infraestrutura de baixo impacto.
- e) Utilizar os recursos naturais e culturais de maneira que se resguarde sua integridade.
- f) Monitorar os impactos e fatores de risco das atividades realizadas na UC.
- g) Buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes.
- h) Estimular a realização de pesquisas científicas sobre os aspectos naturais e culturais do local, bem como de avaliação dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos.
- i) Desenvolver mecanismos eficientes para o descarte e o tratamento dos resíduos originados pela visitação.
- j) Promover a capacitação de mão de obra local a fim de envolver a população local nos processos de planejamento, operacionalização, gestão e fiscalização das atividades do parque.
- l) Estimular a manutenção das tradições e práticas culturais da comunidade que estejam em harmonia com os objetivos de manejo da unidade de conservação.
- m) Fomentar o desenvolvimento de equipamentos turísticos na região com bases sustentáveis.
- n) Incentivar o estabelecimento de cooperativas entre organizações da iniciativa privada e terceiro setor, de modo a promover vantagens competitivas na região.
- o) Estimular a democratização das atividades realizadas no parque, possibilitando a acessibilidade sem restrições sociais e físicas.
- p) Direcionar a aplicação dos recursos econômicos provenientes das atividades de visitação para a manutenção e gestão da própria unidade, regularização fundiária dos parques naturais do município e para a implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação (BRASIL, 2006).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Praia do Santinho, privilegiada por suas características geográficas, atrai muitos visitantes que encontram no local um ambiente ainda preservado. Entretanto, o turismo, junto ao crescimento urbano desordenado e a especulação imobiliária, com a construção de residências e equipamentos turísticos sobre áreas protegidas, têm provocado prejuízos aos recursos naturais e o afastamento das comunidades nativas da região. Além de abrigar inúmeras espécies animais e vegetais, o bairro está sobre o Aquífero dos Ingleses, responsável pelo abastecimento de água para toda a população do norte da Ilha de Santa Catarina.

O Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho surge então como uma alternativa palpável para a manutenção dos processos ecológicos aliada ao desenvolvimento socioeconômico da localidade e do município. As atividades realizadas no parque refletem na maior arrecadação de tributos junto ao poder executivo local, bem como estimula a conscientização de moradores e turistas quanto à importância da conservação do meio ambiente.

O presente estudo apresentou uma breve discussão sobre o ecoturismo no Brasil, o impacto da atividade turística em unidades de conservação e os meios de participação comunitária na gestão de parques naturais no país. Essas informações são necessárias para contextualizar o Parque Natural Municipal de Ingleses e Santinho e fundamentar o objetivo da realização do trabalho, que é propor a implementação de atividades turísticas, a atuação da comunidade local na gestão do parque e de estratégias que assegurem a sustentabilidade ambiental, social e econômica do mesmo. O projeto ainda poderá servir de inspiração para a inserção e desenvolvimento do ecoturismo nos demais parques naturais de Florianópolis.

A integração entre poder público e sociedade civil desde o planejamento até a operação, a gestão e a fiscalização das atividades relacionadas ao parque é essencial para o sucesso e continuidade das ações junto à unidade de conservação, reprimindo o descaso com que o tema é tratado pelos órgãos governamentais. O ecoturismo é apontado como um caminho para a Praia do Santinho.

REFERÊNCIAS

ADRENAILHA TURISMO E AVENTURA. Snorkeling em uma Ilha ao Norte de Floripa. Apresenta informações técnicas e recomendações ao praticante do mergulho livre em ilhas do norte de Florianópolis. Disponível em: <<http://adrenailha.com.br/mergulho/snorke-ling-e-mergulho-livre-em-ilha-ao-norte-de-florianopolis/>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

BEUREN, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei n. 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Lex: Presidência da República, Brasília, 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BRASIL. Decreto n. 4340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Lex: Presidência da República, 22 de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Gestão participativa do SNUC. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010100253.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbs_dap/_arquivos/diretrizes_para_visitacao_em_uc.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. Ecoturismo: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Áreas protegidas. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Apresenta a descrição e os objetivos do SNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2014.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

ECO ESTRELIN. A polêmica criação dos parques naturais municipais em Florianópolis. Divulga notícias relacionadas ao meio ambiente, principalmente sobre a relação do homem com ele e as consequências dessas inter-relações para o ecossistema

marinho. Disponível em: < <http://oecodeestrelinha.blogspot.com/p/o-blog.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ECOLOGISTAS CATARINENSES. Parque das Dunas Ingleses Santinho e Ingleses Cachoeira do Bom Jesus. Apresenta o parecer técnico referente aos projetos de lei que instituem os parques naturais municipais das dunas de Ingleses e Santinho e de Ingleses e Cachoeira. Disponível em: <<http://parques-inglesessantinhocachoeira.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FISCHER, Andréa. Aves da ilha. Imagem da ilha, Florianópolis, 21 dezembro 2012. Disponível em: < <http://imagemdailha.com.br/noticias/atitude-sustentavel/aves-da-ilha.html>>. Acesso em: 26 out. 2014.

FLORIANÓPOLIS. Fundação Municipal do Meio Ambiente. Unidades de Conservação. DEPUC. Apresenta o departamento de unidades de conservação da prefeitura de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?cms=depuc&menu=6>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

FONTELES, José Osmar. Turismo e impactos socioambientais. São Paulo: Aleph, 2004.

FÜHR, Carline. Evolução do uso e ocupação do solo na Praia do Santinho, Florianópolis-SC, e sua relação com a legislação ambiental. 2009. 190 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1966>. Acesso em: 14 out. 2014.

FÜHR, Carline; SANTO, Mariane Alves Dal. A expansão urbana na Ilha de Santa Catarina e suas implicações na comunidade do Santinho. Laboratório de Geoprocessamento – GeoLab. 2012. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.geolab.faed.udesc.br/publicacoes/Artigos_Egal/Fuhr_Egal.pdf> Acesso em: 1 nov. 2014.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Inscrições rupestres remontam a 5 mil anos. Cruzeiro do sul, Sorocaba, 16 julho 2013, Turismo. Disponível em: <<http://www.cruzeirodosul.inf.br/materia/487158/inscricoes-rupestres-remontam-a-5-mil-anos>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. Uso público em unidades de conservação. In: CONGRESSO DE DIREITO AMBIENTAL DA PUC-RIO, 1, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

MAMIRAUÁ. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Plano de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé, 2010. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/anexos/11604_20100429_152601.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 6 nov. 2014.

[OMT] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEIXOTO, Janice Rezende Vieira. Análise da morfossedimentar da Praia do Santinho e sua relação com a estrutura e dinâmica da vegetação “pioneira” da duna frontal, Ilha de Santa Catarina, Brasil. 2005. 76 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102264/221304.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 out. 2014.

PIVATTO, Maria Antonietta Castro; SABINO, José. Recomendações para minimizar impactos à avifauna em atividades de turismo de observação de aves. *Atualidades ornitológicas, Ivaiporã*, v. 1, n. 127, p. 7-11, 2005. Disponível em: <<http://www.ao.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2014.

PHILIPPI JR., Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene (editores). *Gestão ambiental sustentabilidade no turismo*. Barueri: Manole, 2010.

SANTOS JUNIOR, Oswaldo Dias dos. O desenvolvimento do turismo em unidades de conservação: caracterização do uso público no Parque Estadual da Ilha do Mel-PR. 2006. 175 p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Balneário Camboriú, 2006. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=225>. Acesso em: 16 set. 2014.

VISITE FLORIPA. Batismo de mergulho Scuba na Ilha Mata Fome. Apresenta informações sobre produtos e serviços turísticos em Florianópolis. Disponível em: <<http://www.visitefloripa.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2014.

WEARING, Stephen; NEIL, John. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole, 2001.

WESTARB, Eliane de Fátima Ferreira do Amaral. Sistema Aquífero Sedimentar Freático Ingleses – SASFI: depósitos costeiros que te mantêm... ocupação que te degrada!. 2004. 175 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87884>>. Acesso em: 14 out. 2014.